

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia:

Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

Número e título do GT: 01 – Estado e Desenvolvimento

O IEDI e o impeachment de Dilma Rousseff: um posicionamento dúbio

Autor: Caio Marcondes Ribeiro Barbosa – Universidade de São Paulo¹

Resumo: O presente trabalho discute a relação entre empresários industriais brasileiros e o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), tendo como estudo de caso o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). Dilma iniciou seu governo com amplo apoio entre o empresariado industrial, dando destaque para o Plano Brasil Maior, visando o aumento da competitividade da indústria brasileira em um contexto de crise internacional. Contudo, o entusiasmo dos empresários foi diminuindo gradualmente em seu governo, em um processo que se acelerou após a sua reeleição em 2014 e que culminou no impeachment em 2016. Como parte de uma pesquisa em andamento, o trabalho apresenta o conteúdo revelado sobre o posicionamento político do instituto e seus conselheiros por meio das Cartas do IEDI, seu boletim semanal.

Palavras-chave: IEDI; Dilma; indústria; impeachment.

1. Introdução

O impeachment de Dilma Rousseff em 2016 marcou o fim do período de 13 anos no qual o PT ficou na presidência da República, e a interrupção precoce do segundo mandato da presidente reeleita. Após a vitória apertada em 2014, por

¹ Doutorando em Ciência Política na Universidade de São Paulo. E-mail: caiomrb@usp.br

51,64% contra 48,36% de Aécio Neves, do PSDB, o governo Dilma sofreu uma série de contestações. Como Singer (2015a) declara, alguns fatos, como a rendição de Dilma a um projeto de austeridade fiscal, o avanço da Operação Lava Jato sobre importantes dirigentes do PT, a rejeição das contas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e a vitória de Eduardo Cunha – adversário da presidente – na disputa pela presidência da Câmara dos Deputados, contribuíram fortemente para desestabilizar o governo. Dilma, enfim, deixaria o governo após um processo de impeachment iniciado no dia 2 de dezembro de 2015 e que se encerrou em 31 de agosto de 2016, com a posse do vice, Michel Temer.

Na relação com o empresariado industrial, Dilma começou seu governo com grande apoio. Tanto o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) – um *think-tank* da indústria – quanto a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), por meio de seus líderes e conselheiros, demonstravam apoio ao governo e suas políticas². Em particular no caso da FIESP, o seu presidente, Paulo Skaf, também era do PMDB, que era parte da base governista de Dilma. O Plano Brasil Maior – programa do governo lançado em 2011 para aumentar a competitividade da indústria brasileira – foi bem recebido pelas duas instituições, demonstrando a boa relação com o setor no início do mandato.

Todavia, as relações entre o governo e a indústria não seguiram assim até o final. Partiu da FIESP uma das oposições mais contundentes ao governo, com o lançamento da campanha “Não Vou Pagar o Pato”, em outubro de 2015, contra a elevação da carga tributária³. Meses depois, a FIESP ainda declararia apoio ao impeachment de Dilma⁴. Já o IEDI adotou uma postura mais discreta. O instituto, assim como o então presidente, Pedro Wongtschowski, não se posicionou com relação ao impeachment; contudo, ele expôs duras críticas ao governo, indicando a relação abalada com os industriais⁵.

Este artigo busca compreender um pouco mais sobre o posicionamento dúbio do IEDI conforme ocorria o afastamento de empresários industriais do governo Dilma, apesar das políticas voltadas para o setor. Para tanto, será feita uma análise das *Cartas do IEDI*, um boletim semanal lançado pelo instituto, no período 2011-

² Folha de S. Paulo, 06 dez. 2011.

³ O Estado de S. Paulo, 01 out. 2015.

⁴ O Estado de S. Paulo, 14 dez. 2015.

⁵ Valor Econômico, 18 dez. 2015.

2016. Este estudo documental, em conjunto a hipóteses lançadas por diferentes autores, auxiliará uma pesquisa mais aprofundada para esclarecer o pensamento dos empresários industriais nesse período histórico.

2. Hipóteses sobre o afastamento do empresariado industrial

Diferentes autores sugeriram hipóteses para explicar o distanciamento dos empresários industriais com relação ao governo Dilma. André Singer (2016) ressalta que Dilma representava uma continuidade do lulismo, um projeto que visava “a adoção de políticas para reduzir a pobreza – *com destaque para o combate à miséria* – e para a ativação do mercado interno, *sem confronto com o capital*” (SINGER, 2012: p.13). Para este propósito, o governo mantinha em equilíbrio duas coalizões de classe opostas: uma produtivista, com setores da burguesia e da classe trabalhadora organizada, e outra rentista. De acordo com Singer (2016), Dilma, dando prosseguimento ao projeto lulista, rompeu este equilíbrio em seu ensaio desenvolvimentista ao confrontar o capital financeiro, com a redução da taxa de juros e pressionando o setor financeiro a estimular a produção, e não o rentismo, ao mesmo tempo em que realizava uma reforma no setor elétrico e promovia desonerações da folha de pagamentos de diferentes setores da economia.

As medidas de Dilma visavam o aumento do investimento dos empresários que, ao contrário do que era esperado pelo governo, não ocorreu. Singer (2016) sugere, portanto, a existência de uma dupla condição de industriais e rentistas dos empresários, o que faria com que um ataque ao capital financeiro não deixasse de ser também um ataque aos industriais. A burguesia industrial, então, começa a abandonar a coalizão produtivista e se une aos rentistas em uma frente única contra o governo. Sem obter o apoio das massas populares no enfrentamento, Dilma realizou o que Singer (2015b) classificou como “cutucar onças com varas curtas”. Em 2014, o governo então cede às pressões e adota um discurso de ajuste fiscal e um programa neoliberal para a economia, a despeito de pregar o contrário na sua vitoriosa campanha de reeleição.

Outro aspecto relevante que pode explicar a insatisfação dos empresários seria sobre o alto grau de intervencionismo na economia. Este tema era um temor

reiterado pela literatura de empresários industriais no Brasil, mesmo quando se buscava beneficiá-los⁶. A respeito dessa postura de empresários industriais, Cardoso (1964) advertiu:

Uns e outros têm a racionalizá-los a necessidade de acelerar o processo de mudança social preservando-se os 'valores da Nação', mas sofrem ambos do mal de origem: como as forças que os suportam estão vinculadas e se beneficiam da estrutura existente – precisamente a que deve ser mudada – receiam que qualquer movimento mais radical 'ultrapasse os limites' das modificações desejadas e consentidas, pondo por terra as possibilidades políticas de controle da situação (CARDOSO, 1964: p. 85).

Outros autores ainda sugerem diferentes questões que podem ter surgido. Rugitsky (2015) ressalta os instrumentos que o empresariado pode utilizar para pressionar o governo. Sob uma perspectiva kaleckiana, o autor suscita a possibilidade de uma greve de investimentos pela burguesia industrial para que o governo Dilma adotasse uma política de austeridade. Boito Jr. (2012), por outro lado, afirma que, em um contexto de crise econômica e queda no lucro dos empresários, há uma dificuldade maior desse setor em aceitar as concessões promovidas pelo governo petista aos trabalhadores (como o aumento dos salários e os direitos trabalhistas), o que explicaria o distanciamento. Reitera-se ainda o aumento do número de greves a partir de 2013, aumentando o conflito entre as classes, como relata Braga (2016).

É possível que todas sejam válidas para explicar o afastamento do empresariado industrial do governo Dilma, seja pelo alto intervencionismo na economia, que teria abalado a confiança dos empresários; pela crise econômica e as decorrentes perdas dos empresários; pela acentuação do conflito político com um número maior de greves; ou pelo anseio por um forte ajuste fiscal que o governo petista não aceitaria impor à classe trabalhadora. Olhando para as publicações do IEDI no período 2011-2016, buscaremos esclarecer um pouco mais a possibilidade dessas hipóteses. Para isso, utilizaremos as *Cartas do IEDI* como referência.

3. O IEDI e o governo Dilma: apoio crítico até 2013

⁶ Ver Cardoso (1964), Diniz (1978) e Boschi (1979).

O IEDI foi criado em 1989 como parte de uma “rebelião” dentro do âmbito da FIESP. De acordo com Kingstone (2008), o IEDI é criado pela percepção de líderes industriais de que a FIESP era incapaz de liderar a comunidade empresarial, pois servia mais como um intermediário para um grande número de empresários menores que pouco compreendiam os problemas econômicos do país e que tinham mais interesse em como ter acesso aos recursos do Estado. Já Diniz e Boschi (2004, p. 55) afirmam que o IEDI surge “por iniciativa de um pequeno número de empresários ligados a setores da grande indústria nacional [...] setores que seriam mais afetados pelas políticas de abertura da economia e privatização das estatais, seus clientes preferenciais”.

Assim, o IEDI foi criado pensando em reunir apenas líderes empresariais em torno de um instituto. De acordo com Kingstone (2008), os membros iniciais do Conselho do IEDI eram todos ou relativamente “jovens” ou com uma visão modernizante; representavam um amplo espectro de interesses setoriais e regionais; eram todos donos ou presidentes de grandes empresas ou grupos empresariais, que financiavam a instituição com seu próprio dinheiro; e eram todos brasileiros. Atualmente, são cerca de 50 conselheiros, e entre as empresas representadas, encontram-se Embraer, Gerdau, Riachuelo, Hering, Suzano, Votorantim, Ultrapar, Totvs, Gradiente, Natura, Vale, Odebrecht, Positivo, entre outras.

O IEDI rapidamente se tornou uma das lideranças mais importantes do setor industrial. No entanto, de acordo com Diniz & Boschi (2007), o instituto foi perdendo força política com a liberalização da economia do governo Collor e com a hegemonia do ideário liberal durante o governo FHC, que implicou o desaparecimento de políticas voltadas para a indústria. Ainda segundo os autores, em 2002, um grupo de empresários, incluindo o então presidente do IEDI, Eugênio Staub, declararam apoio à candidatura vitoriosa de Lula para presidente, dando início ao ciclo do PT à frente do governo federal.

Analiseremos neste trabalho o posicionamento do IEDI ao longo do governo de Dilma Rousseff, a sucessora de Lula na presidência. As *Cartas do IEDI* são documentos divulgados com periodicidade semanal, que tratam de diferentes temas ligados à indústria e ao instituto. Em geral, as Cartas são artigos que realizam análises mensais sobre o desempenho da indústria brasileira em geral ou de seus

setores específicos, mas também podem ser estudos mais amplos, realizados pelo IEDI, sobre o estado da indústria brasileira e mundial; recomendações para o governo sobre políticas que devem ser tomadas para impulsionar o setor; a divulgação de estudos realizados por outros institutos e/ou organizações; e até mesmo coletâneas de falas, entrevistas e artigos de membros e conselheiros do IEDI divulgados na imprensa. As Cartas do IEDI existem desde abril de 2002, e até novembro de 2018, totalizavam quase 900 edições. Como mencionado, este artigo analisa as cartas do período 2011-2016.

Às vésperas da posse de Dilma em seu primeiro mandato, o IEDI lançou recomendações para uma “nova política industrial”, ressaltando o fraco desempenho da indústria de transformação, e a necessidade de focar em três pontos: o aumento da produtividade, a ampliação da competitividade e a atração de investimentos. O documento ainda sugere o aperfeiçoamento da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada pelo governo Lula em maio de 2008, que estabelecia metas gerais para a economia relativas ao investimento, aos gastos privados com inovação. O documento recomenda um “diagnóstico mais preciso dos problemas da indústria e por uma delimitação de objetivos como os indicados acima”⁷. Como Arbix et al (2017) atestam, nenhuma das metas do PDP foi atingida.

Em um novo documento em abril de 2011, o IEDI prega um “PDP II”, citando um balanço positivo do PDP, e fazendo a ressalva de que suas grandes metas não foram atingidas devido à crise internacional. O documento suscita três pontos a serem reforçados: valorizar mais as cadeias produtivas que agregam mais valor, mais intensivas em tecnologia e difusoras de inovação; uma política mais ambiciosa de recursos humanos, com maior integração de instituições de fomento à pesquisa; e ampliar as medidas para a exportação de manufaturados. Retoma-se também a ideia de foco na inovação, com o fortalecimento de mecanismos como os de renúncia fiscal (Lei do Bem), de financiamento reembolsável (BNDES, FINEP) e de financiamento não-reembolsável, tanto na forma de subvenção econômica (FINEP – FNDCT) quanto de fomento à P&D em cooperação acadêmica (Fundos Setoriais – FNDCT).⁸

⁷ Carta IEDI, edição 446.

⁸ Carta IEDI, edição 461.

Dilma tomou posse em 2011 em um cenário de forte crescimento da economia registrado em 2010 após uma pequena queda em 2009 devido aos efeitos da crise internacional. Em agosto de 2011, o governo lança o Plano Brasil Maior (PBM). O IEDI divulgou uma análise do PBM, suscitando seus méritos e deficiências. Entre os méritos, o IEDI destaca a iniciativa de reduzir o custo tributário da indústria, ainda mais em um momento de dificuldades do setor. Ressalta ainda as “contribuições pioneiras”, como a desoneração da folha e o ressarcimento de até 3% das exportações por tributos não recuperados pelos exportadores. O maior mérito, porém, seria do reconhecimento do plano do papel da indústria como “vetor fundamental do desenvolvimento e que a política industrial é uma construção permanente”⁹.

Entre as críticas, o IEDI ressalta três lacunas no plano. Primeiramente, a análise denuncia “um horizonte muito curto, defensivo e limitado à política industrial brasileira”, sem demonstrar uma visão de futuro para a indústria. Faltaria uma definição de setores, cadeias ou atividades que sustentariam o dinamismo de longo prazo da indústria. O segundo ponto crítico se relaciona quanto à governança da política industrial. Embora o plano conceda prestígio ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) no aconselhamento às políticas destinadas ao setor, o IEDI alerta para que o conselho não se transforme em uma mera “instância de debates de temas meramente setoriais e de alcance delimitado e de curto prazo”, mas cuja pauta principal deveria ser de debater o futuro da indústria. Por fim, a terceira lacuna estaria ligada à produtividade. O PBM, de acordo com o IEDI, acerta em pregar o foco na inovação, com o lema “inovar para competir, competir para crescer”. Porém, a análise alerta que nem em países desenvolvidos as empresas são permanentemente inovadoras, e que, para alcançar maior competitividade, além da inovação, seria importante conquistar maior produtividade, uma palavra que não aparece em nenhum momento no plano¹⁰.

Ressalta-se ainda, na análise do IEDI, a rejeição do termo utilizado pelo governo de “pacote de bondades”. Para o estudo, a extensão setorial de desonerações, incentivos e programas de financiamento não são exemplos de política industrial. Assim, a indústria brasileira necessita de incentivos de fato, para

⁹ Carta IEDI, edição 486.

¹⁰ *Idem.*

ampliar os investimentos e a inovação do setor, e não somente a remoção de desincentivos, que nem deveriam existir em primeiro lugar, como impostos sobre o investimento e a exportação¹¹.

Diferentes membros e conselheiros do IEDI deram opiniões e entrevistas sobre o momento do país no primeiro ano do governo Dilma. Pedro Passos, então presidente do IEDI, ressaltou os elogios e as críticas ao PBM presentes na análise do IEDI¹². Frederico Fleury Curado, então Vice-Presidente do IEDI e Presidente da Embraer, em artigo para o Estado de S. Paulo, ressaltou a importância da inovação, como o Brasil estava atrasado no tema e a importância do Estado para isso, exortando um esforço conjunto entre iniciativa privada e o Estado. O empresário ainda lembra a necessidade de superar deficiências crônicas, como uma infraestrutura ineficiente, uma carga tributária que pune a produção e o investimento, um sistema educacional frágil e uma crescente insegurança jurídica¹³. Josué Gomes da Silva, ex-presidente do IEDI e Presidente da Coteminas, em artigo para a Folha de S. Paulo, destaca a importância de manter o papel do BNDES de financiador de investimentos, e que a relevância do banco é consequência, não causa da elevada taxa de juros no país, e que para remover as reais causas deste problema dos juros altos, seria preciso elevar os índices da poupança privada e pública, aumentar os investimentos governamentais, promover as reformas – especialmente a tributária – e buscar desindexação financeira de contratos, preços e tarifas¹⁴. Paulo Cunha, ex-presidente do IEDI e então Presidente do Conselho do Grupo Ultra, critica a política cambial e alerta que o câmbio estaria matando o tecido industrial brasileiro¹⁵. Ivo Rosset, então conselheiro do IEDI e Presidente do Grupo Rosset, em entrevista para a Folha de S. Paulo, alerta que a indústria têxtil brasileira estaria em condição crítica, perdendo na concorrência com a China. Para o empresário, que foi um dos primeiros a apoiar o PT e filiou-se ao partido em 2009, a carga tributária, a alta taxa de juros e o câmbio seriam alguns dos problemas, e o governo não estaria agindo para solucionar¹⁶.

¹¹ *Idem*.

¹² Valor Econômico, 29 set. 2011.

¹³ O Estado de S. Paulo, 09 jul. 2011.

¹⁴ Folha de S. Paulo, 13 nov. 2011.

¹⁵ Agência Dinheiro Vivo, 21 nov. 2011.

¹⁶ Folha de S. Paulo, 20 jul. 2011.

Em dezembro de 2011, o IEDI divulgou um artigo alertando sobre o resultado adverso da indústria no último trimestre, e alertando que seria o consumo das famílias que estaria puxando o crescimento do PIB. Isso impulsionaria o setor de serviços, mas estaria em conjunto com uma deindustrialização precoce da economia brasileira, ressaltando que esse não seria o melhor modelo de desenvolvimento. Seria, portanto, necessário retomar o dinamismo da indústria, aplicando políticas no câmbio, nos juros, na infraestrutura, na inovação, na produtividade, na defesa comercial e em programas de compras governamentais. Além disso, o texto ainda reforça a necessidade de maior redução da taxa Selic, iniciada em agosto daquele ano, e a aceleração de investimentos em infraestrutura, reativando, na medida do possível, o programa Minha Casa Minha Vida¹⁷.

Em março de 2012, Pedro Passos, então presidente do IEDI, escreveu um artigo para *O Estado de S. Paulo* alertando sobre a crise na indústria. Para o empresário, haveria uma combinação de três fatores para a crise: baixa produtividade, câmbio apreciado e custos. Quanto a este último aspecto, os custos seriam a alta tributação, além dos altos custos de energia, da logística, dos encargos trabalhistas, do investimento e dos salários, e que o governo estaria agindo para tentar sanar este problema, com exceção de iniciativas mais efetivas com relação aos custos de energia e da reforma tributária¹⁸. Julio Gomes de Almeida, diretor-executivo do IEDI, junto a Luiz Gonzaga Belluzzo, escreveu um artigo para a *Carta Capital* também em março de 2012 denunciando a crise na indústria brasileira, que passou por um período de déficit na balança comercial enquanto o país colhia superávit graças ao saldo em commodities agrícolas e minerais. O artigo prega um projeto de reindustrialização, com a administração da taxa de câmbio a níveis menos valorizados, e amparados no “potencial do mercado interno brasileiro, nas vantagens competitivas do agronegócio e da mineração – agora acrescidas das perspectivas do pré-sal – e na preservação de seu sistema público de financiamento.¹⁹ Antes desse artigo, Julio Gomes de Almeida ainda concedeu uma entrevista para a revista *Digesto Econômico* alegando que o Brasil sofre uma desindustrialização, e que o governo deveria atuar mais para controlar o câmbio e reduzir os custos de produção, principalmente a carga tributária e os encargos trabalhistas. Ademais, o Brasil teria

¹⁷ Carta IEDI, edição 499.

¹⁸ O Estado de S. Paulo, 11 mar. 2012.

¹⁹ Carta Capital, 07 mar. 2012.

passado muito tempo sem uma política industrial, e estaria pagando o preço por isso. Todavia, o diretor-executivo do IEDI exime o governo Dilma de responsabilidade, alegando que o Brasil tinha, naquele momento, uma política industrial, e que a presidente tinha uma visão de que era necessário melhorar a gestão no Brasil, seus custos e a produtividade.

Em julho de 2012, o IEDI divulgou um estudo, em parceria com o Instituto Talento Brasil, propondo a reforma do financiamento de longo prazo no Brasil. O estudo alerta que o financiamento no Brasil seria inadequado – para dizer o mínimo – e que isso prejudicava o investimento. O texto classifica as ações do governo para diminuir a taxa básica de juros e o spread bancário como “importantes”; contudo, as empresas brasileiras teriam pouco acesso ao mercado de ações, o crédito bancário com recursos domésticos de prazo mais longo seria escasso e haveria uma limitação flagrante da colocação de títulos corporativos (debêntures). Somente o BNDES haveria fundos a longo prazo disponíveis, e que eram insuficientes, por mais que este tivesse ampliado suas operações. Assim, o estudo indica caminhos para potencializar o mercado de debêntures, em antecipação às oportunidades abertas com a redução da taxa Selic²⁰.

Ainda em julho de 2012, o IEDI lançou um artigo avaliando o Plano Brasil Maior e o recente “pacote” de medidas complementares do dia 3 de abril de 2012²¹. O artigo reforça argumentos citados anteriormente na primeira análise sobre o plano com relação aos seus méritos, e complementa elogiando a importância das medidas complementares anunciadas em abril de 2012. Entretanto, o texto também reforça as críticas anteriores do plano deixar de envolver três temas: aumento de produtividade, ampliação da competitividade e atração de investimentos²².

²⁰ Carta IEDI, edição 528.

²¹ As medidas incluem desonerações sobre a folha de pagamento em 15 setores econômicos (têxtil, confecções, couro e calçados, móveis, plásticos, material elétrico, autopeças, ônibus, setor naval, setor aéreo, bens mecânicos de capital, hotéis, tecnologia da informação, call centers e design house), quando antes eram somente 4 (confecções, couro e calçados, tecnologia da informação e call center), e com isenção de receitas de exportação; a manutenção da preferência para os produtos nacionais nas compras governamentais de medicamentos, fármacos, biofármacos, retroescavadeiras e motoniveladoras; um aporte ao BNDES de R\$ 45 bilhões, ampliando linhas de financiamento e reduzindo suas taxas de juros; e ainda, a partir de 2013, um novo regime automotivo, no qual tanto as montadoras já instaladas no Brasil quanto as que queiram fazer isso ganhariam um desconto no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de acordo com seus investimentos em pesquisa, inovação, conteúdo nacional e eficiência energética. Fonte: O Globo, 03 abr. 2012.

²² Carta IEDI, edição 530.

Com relação a entrevistas e artigos de conselheiros do IEDI, em abril de 2012, Jorge Gerdau concorda com a tese que o Brasil está se desindustrializando, que a indústria brasileira é produtiva, mas que tem baixa competitividade, sendo alguns fatores para isso os baixos níveis de educação e os custos de logística. O empresário ainda criticou o governo por distribuir favores e isenções para setores escolhidos no lugar de realizar uma reforma tributária²³. Marcelo Odebrecht, em entrevista para o *Zero Hora*, reforça o problema do câmbio e a dificuldade de estabelecer uma taxa ideal, alertando sobre a necessidade de mais estabilidade, sem tantas idas e vindas. O empresário também ressalta o problema do spread bancário e os altos juros, além da necessidade do setor privado entrar na questão do financiamento a longo prazo, para o qual só existiria o BNDES, mas elogia o governo ao enfrentar a questão da desindustrialização, afirmando que está no caminho certo²⁴. Julio Gomes de Almeida, diretor-executivo do IEDI, também alerta para o problema do câmbio valorizado, que prejudica a indústria, e como parecia haver um pacto entre governo, sociedade e empresários para manter os juros altos. Ele ainda reconhece a atuação do governo para ajudar a indústria, mas ressalta que a indústria teria sofrido mais por concorrência dos produtos estrangeiros, e que havia ficado velha, pois não tinha setores representativos da nova revolução industrial, que são os segmentos ligados a eletroeletrônicos, química fina e farmacêutica.²⁵ Josué Gomes da Silva, Presidente da Coteminas, em artigo para a Folha de S. Paulo, cita o economista Dani Rodrik, que demonstra otimismo com o crescimento do Brasil no cenário global, e questiona se não deveríamos compartilhar do mesmo otimismo com o país²⁶. José Roberto Ermírio de Moraes, presidente da Votorantim Participações, em entrevista para o *Valor Econômico*, elogia as diferentes medidas do governo para a indústria e chama a presidente Dilma de “grande sábia” e “surpresa como gestora”, avaliando bem o seu governo, demonstrando otimismo com os rumos do país e prevendo resultados nos investimentos no médio prazo. O empresário ainda cita pontos que precisam ser atacados, como a flexibilização da lei trabalhista, a carga tributária, a infraestrutura,

²³ O Globo, 30 abr. 2012.

²⁴ Zero Hora, 13 mai. 2012.

²⁵ Brasil Econômico, 01 jun. 2012.

²⁶ Folha de S. Paulo, 29 jul. 2012.

a educação, e a necessidade de minirreformas para melhorar o ambiente de negócios²⁷.

Em entrevista, Pedro Passos, então presidente do IEDI, também elogia as medidas do governo, como a desoneração da folha, ressaltando que o governo estaria no caminho certo e que Dilma teria uma visão muito mais voltada à indústria. Com relação aos investimentos, o empresário pontua que uma parte deles estaria represada por conta da situação global e do baixo crescimento do país, e que o governo deveria reiniciar o ciclo de investimentos, melhorando os marcos regulatórios e avançando nos sistemas de aprovação de projetos. Mesmo assim, ele ressalta que a situação do Brasil seria razoável em comparação ao resto do mundo²⁸. Em um artigo posterior para *O Estado de S. Paulo*, Pedro Passos retoma o tema do investimento, alegando que este sofreu uma contração severa desde a segunda metade de 2011, em parte porque o investimento público, incluindo a Petrobras, esbarrou em problemas de gestão e de financiamento, e em parte porque o empresário industrial havia refreado o ímpeto investidor que prevalecera até 2010, pois não estaria claro o quadro de sua capacidade de concorrer com o produto estrangeiro. O empresário ainda ressalta a necessidade de perseguir com as reduções de custos sistêmicos para aumentar a competitividade da indústria nacional, e demonstra otimismo com resultados melhores em 2013. Ele termina o texto propondo a “a desoneração integral e definitiva dos investimentos, incluindo o ICMS e o ISS, e instituir por um prazo como dois a três anos a depreciação acelerada dos investimentos, mecanismo potente que vem sendo utilizado com sucesso em países industrializados”²⁹.

4. De 2013 a 2016: a perda de confiança e o afastamento dos empresários

Em 2013, o tom das críticas ao governo parece começar a subir progressivamente. Jorge Gerdau, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, critica o número excessivo de ministérios e de cargos comissionados no governo, e alerta

²⁷ Valor Econômico, 19 dez. 2012.

²⁸ DCI, 22 ago. 2012.

²⁹ O Estado de S. Paulo, 23 dez. 2012.

que o Brasil não sairia do labirinto da não competitividade sem uma reforma trabalhista. Pedro Passos, em entrevista para *O Estado de S. Paulo*, afirma que o IEDI sugere uma proposta polêmica, que é de desonerar a produção de insumos básicos e baixar as tarifas de importação, abrindo o mercado brasileiro para a concorrência de produtos estrangeiros, buscando, assim, baratear os custos de produção e impedir que oligopólios se apropriassem dos ganhos de eventuais desonerações tributárias, elevando suas margens de lucro. O empresário alerta que o Brasil precisava mudar a agenda na economia, deixando de insistir nos incentivos ao consumo e apostando no aumento da produtividade, melhorando a educação e a infraestrutura, e atraindo o capital internacional. Além disso, o Brasil também deveria ser incluído nas cadeias globais de valor, negociando acordos comerciais com outros países para além do Mercosul. Por fim, Pedro Passos afirma que a falta de investimentos é fruto do ambiente de negócios, em particular na esfera legal, que seria instável.

Em uma subsequente entrevista ao *Valor Econômico*, Pedro Passos reforça que o modelo de crescimento baseado no consumo estaria esgotado, e que uma nova agenda precisaria ser colocada no lugar para deixar mais competitiva as bases da cadeia produtiva. O empresário reconhece a necessidade do governo de dar um sinal de combate à inflação, com uma possível alta dos juros, mas faz a ressalva de que não gostaria que o país tivesse um solavanco muito forte. Ele reforça que as medidas como as desonerações, a redução da taxa de juros e dos custos de energia foram positivas, mas que seria necessário ter como agenda central o aumento da produtividade e a redução do custo de forma sistêmica. E para aumentar a produtividade, ele defende educação, investimento, desburocratização e tirar entraves para o ambiente de negócios³⁰.

Em maio de 2013, o IEDI lançou um documento, elaborado pelo Conselho do IEDI, chamado *Dez Pontos para a Economia Crescer Mais*. O documento alerta sobre a crise que a indústria tem passado nos anos recentes e propõe dez pontos de um “programa de superação dos principais entraves da economia que contribuirá para a construção de um marco de referência de uma trajetória de expansão a longo prazo e para o reerguimento da indústria”. Os dez pontos seriam: qualidade da

³⁰ Valor Econômico, 17 abr. 2013.

educação e da formação da mão de obra que precisa ser melhorada urgentemente; infraestrutura muito deficiente; má orientação do gasto governamental e insuficiente investimento público; sistema tributário injusto, complexo e anacrônico; baixos padrões de produtividade, inovação e competitividade da economia; ausência da sustentabilidade como um vetor das políticas industrial e de competitividade; afastamento da economia brasileira da economia mundial – a declinante inserção externa do Brasil; burocracia generalizada; insegurança jurídica; e legislação trabalhista.

Diferentes conselheiros do IEDI publicaram artigos e deram entrevistas no restante do ano. No final de abril de 2013, Frederico Curado, Vice-Presidente do IEDI e Presidente da Embraer, reconheceu os problemas da economia brasileira, como uma alta carga tributária, um sistema complexo, falta de investimentos, mas via o Brasil com potencial para investimento. Além disso, o empresário afirmou que o câmbio na época a R\$ 2 era um patamar com o qual se podia trabalhar, que o mercado de importações no país estaria “absolutamente aberto”, e que não acreditava que a inflação estivesse fora de controle, dando um voto de confiança ao Banco Central³¹.

No início de junho, Daniel Feffer, Vice-Presidente do IEDI e Vice-Presidente Corporativo da Suzano Holding, em artigo para a *Folha de S. Paulo*, ressalta que o caminho do crescimento pelo estímulo ao consumo havia chegado ao seu limite, e que seria preciso planejar o futuro e pensar em metas claras de longo prazo. O empresário louva as iniciativas do governo, como “a redução da taxa de juros, as desonerações, inclusão social e incentivo a PPPs (parcerias público-privadas)”, mas que seria preciso avançar, melhorando o ambiente de negócios, já que o ritmo de crescimento da economia estaria atrelado ao nível de confiança dos empresários, e que era preciso enfrentar os problemas do sistema tributário, a logística, a educação e o câmbio, entre outros pontos importantes, “com políticas claras e duradouras”³².

No começo de julho de 2013, Flávio Rocha, da rede Riachuelo, em artigo para a *Folha de S. Paulo*, louva as manifestações de rua, afirmando que os cidadãos, ao conquistarem a capacidade de consumir, conheceram o poder de exigir o que lhe

³¹ Valor Econômico, 25 abr. 2013.

³² Folha de S. Paulo, 06 jun. 2013.

havam prometido na prestação de serviços, e que isso havia então alcançado a questão pública, perdendo o medo de protestar. Ele ainda alega que “não se crê mais em um Estado provedor todo-poderoso” e que “o brasileiro começa a enxergar a viabilidade de um recall também para quem não se mostra capaz de fazer bom uso do mandato popular que lhe foi delegado”³³.

Já Pedro Passos, então presidente do IEDI, escreveu artigos e concedeu entrevistas ao longo do ano, subindo o tom progressivamente. No começo de junho de 2013, o empresário cobrou do governo uma postura mais atuante para tirar o Brasil do isolamento no comércio mundial, celebrando acordos para inserir a indústria brasileira nas cadeias globais³⁴. Em outubro, escreveu um artigo defendendo a necessidade de inovação e investimento em pesquisa, alertando como o Brasil encolheu sua participação nas cadeias globais de valor³⁵. No final do mês, Pedro Passos escreveu outro artigo, desta vez tratando da iniciativa do governo sobre a tributação de lucros no exterior. De acordo com o empresário, a legislação seria uma das mais severas no mundo, mas que não deixaria de “atender, ao menos em parte, o requisito de competitividade das companhias brasileiras com operações internacionais”, expressando a esperança de que a modernização legal na área estivesse apenas começando. Todavia, o presidente do IEDI afirma que a nova legislação “não remove a insegurança jurídica quanto à utilização dos acordos celebrados pelo Brasil com outros países para evitar a bitributação”. Apesar disso, ele admite que o governo estaria aberto ao diálogo, atendendo a ponderações do setor privado para revisar a legislação. Pedro Passos admite compreender a dificuldade de estabelecer um novo marco legal é complexo devido à dificuldade em harmonizar dois fatores: “não permitir a erosão da base tributária em razão da expansão das corporações fora do país e incentivar a internacionalização, o que é desejável porque traz vantagens para as próprias empresas, para os trabalhadores e para a economia em geral”. Assim, ele termina dizendo: “O tema não é isento de polêmicas. A negociação continua sendo o melhor caminho para se construir o consenso”³⁶.

³³ Folha de S. Paulo, 03 jul. 2013.

³⁴ O Estado de S. Paulo, 04 jun. 2013.

³⁵ Folha de S. Paulo, 11 out. 2013.

³⁶ Folha de S. Paulo, 25 out. 2013.

No início de novembro, o presidente do IEDI subiu o tom. Em um artigo no dia 08 de novembro, chamado *Ousadia para Mudar a Economia*, Pedro Passos afirma que a indústria teve “mais um ano decepcionante” e que o setor estaria sem rumo. Ele sugere como soluções “acelerar rapidamente as parcerias público-privadas e o programa de concessões de obras de infraestrutura”; “conduzir reformas que tornem o sistema tributário menos injusto e mais simples, o que deverá ser acompanhado por maior eficiência na gestão dos recursos públicos, levando à redução dos custos gerais da economia”; “ações coordenadas para diminuir a burocracia, simplificar os marcos legais e adequar a legislação trabalhista às novas tendências do mercado de trabalho”, o que aumentaria a segurança dos agentes econômicos e contribuiria para a racionalização dos custos; “uma integração muito maior de nossa economia aos principais fluxos mundiais de comércio, o que alimentaria a competição interna, estimularia investimentos em inovação e levaria à adoção de processos para o aumento da produtividade”; “priorizar a redução de custos na base das cadeias produtivas, e não nos produtos de consumo”; e “fazer do crescimento sustentável uma referência para a transformação econômica”³⁷.

Já no final de novembro, no artigo *Simplifique Já, E Seremos Melhores*, Pedro Passos deixa mais explícita sua insatisfação com os rumos do governo. Ele inicia o texto anunciando que “o recente anúncio do parcelamento de débitos tributários trouxe à luz a gravidade do ambiente de incerteza altamente improdutivo que inibe as decisões empresariais, afugenta investimentos e dificulta a plena realização do desenvolvimento nacional”. O contencioso com a dimensão dos Refis – como são chamados os programas parcelamento de dívidas tributárias – “choca”, de acordo com Passos, tanto pelo alto valor envolvido quanto por nivelar problemas como “o da tributação dos lucros no exterior das empresas nacionais, com o da inadimplência de impostos”. Ele alerta de um “senso de suspeição que vem crescendo nas relações entre os governos e a sociedade”, e que o alto número de processos em aberto, em balanço realizado pelo Conselho Nacional da Justiça, era “sintoma de algo muito anormal”, principalmente com relação ao alto número de ações na Justiça do Trabalho. Ele encerra o texto dizendo:

Tais desperdícios não se justificam por quaisquer critérios. A complexidade e a ambiguidade da estrutura dos impostos, a cultura do litígio e a legislação

³⁷ Folha de S. Paulo, 08 nov. 2013.

desatualizada, como a trabalhista (arcaica diante da realidade da produção descentralizada) e a tributária (que ignora o novo formato das cadeias produtivas), francamente, tornaram-se insustentáveis. Não é mais o caso de providências tópicas, mas de um amplo processo de negociação entre todas as partes interessadas, que leve às reformas simplificadoras tão esperadas e necessárias ao desenvolvimento do país.³⁸

Também no final de novembro de 2013, Jorge Gerdau, em entrevista à revista *Época*, reafirmou a necessidade de políticas de longo prazo e com metas claras. O empresário ainda disse que o governo, e não o setor privado, seria responsável pelo baixo crescimento do país por não cumprir a parcela dele. Para Gerdau, o problema estaria na poupança e no investimento, e o setor governamental não teria poupança e investia muito pouco³⁹.

Pedro Passos ainda escreveu uma série de artigos no começo de 2014. Em janeiro, reforçou a importância da inovação e que as empresas brasileiras podem inovar se estimuladas com “incentivos apropriados”. Ele ainda encerra o texto dizendo: “onde viceja a criatividade costuma prosperar a confiança, hoje, talvez, nosso déficit mais preocupante”⁴⁰. No dia 17 do mesmo mês, o presidente do IEDI reforçou a necessidade do Brasil celebrar acordos comerciais com outros países e blocos⁴¹; e no dia 31, além de reafirmar este ponto, lembrou a importância de se evitar oscilações fortes no câmbio, de acelerar o programa de concessões ao setor privado de obras de infraestrutura, de enfrentar a deficiência do sistema educacional e da formação de mão de obra e o custo tributário excessivo, tudo para fomentar o crescimento econômico e o fortalecimento da indústria nacional. Essas transformações seriam necessárias, pois, apesar da indústria brasileira ter obtido o melhor resultado em três anos, não haveria motivos para se comemorar, já que não teria sido suficiente para compensar a perda dos anos anteriores. Assim, caso nada fosse feito, a tendência seria de agravar a posição da indústria brasileira no cenário mundial⁴².

³⁸ Folha de S. Paulo, 22 nov. 2013.

³⁹ *Época*, 30 nov. 2013.

⁴⁰ Folha de S. Paulo, 03 jan. 2014.

⁴¹ Folha de S. Paulo, 17 jan. 2014.

⁴² Folha de S. Paulo, 31 jan. 2014.

Em fevereiro de 2014, o presidente do IEDI, Pedro Passos, fez sua fala mais contundente⁴³. Em entrevista para *O Estado de S. Paulo*, ele afirmou: “o ambiente econômico está muito prejudicado no País. A taxa de investimento é muito baixa, o clima de confiança não existe, acabou. Falta direção. Não está claro para onde estamos indo, quais são os grandes compromissos. Isso cria instabilidade”. O empresário ainda disse que era necessário a definição de um novo modelo econômico, em busca da produtividade, como o IEDI vinha defendendo há algum tempo, pois o cenário tinha mudado e o país precisava se adaptar⁴⁴. A fala foi interpretada pelo governo como uma crítica de cunho político, tendo em consideração que o sócio de Pedro Passos, Guilherme Leal, tinha concorrido à vice-presidência da chapa opositora de Marina Silva, em 2010⁴⁵. Em novembro do mesmo ano, Pedro Passos ainda atribuiria a culpa pela crise econômica na política macroeconômica do governo⁴⁶.

Em maio de 2014, o IEDI lançou uma nova versão do documento *Dez Pontos para a Economia Crescer Mais*, atualizando alguns pontos presentes na versão do ano anterior⁴⁷. Embora quase todos os pontos no documento sejam essencialmente os mesmos, algumas mudanças no texto de 2014 chamam a atenção. Primeiro, a inclusão do tema das limitações do financiamento de longo prazo, reforçando um tema ao qual o IEDI chamava a atenção em diferentes documentos, artigos e entrevistas nos anos anteriores. Em segundo lugar, a junção dos temas de “burocracia generalizada” e “insegurança jurídica” no ponto “excesso de burocracia, complexidade regulatória e a necessidade de simplificação de regras e leis”, enfatizando a necessidade de simplificar a legislação. E por fim, a alteração de “má orientação do gasto governamental” para “elevado gasto governamental”. Ou seja, não se trataria mais do governo gastar mal, mas que este gasta muito, partindo para uma defesa de uma reforma fiscal, antes ausente no texto.

Em agosto de 2014, o IEDI divulgou um artigo chamado *A Reorientação do Desenvolvimento Industrial*. Como o título determina, de acordo com o texto, o Brasil precisaria mudar o rumo para o desenvolvimento de sua indústria. Alguns pontos

⁴³ Curiosamente, essa entrevista não apareceu nas coletâneas de artigos e entrevistas por conselheiros do IEDI divulgadas pelas Cartas IEDI.

⁴⁴ *O Estado de S. Paulo*, 08 fev. 2014.

⁴⁵ *O Estado de S. Paulo*, 10 fev. 2014.

⁴⁶ *O Estado de S. Paulo*, 26 nov. 2014.

⁴⁷ Carta IEDI, edição 624.

são recorrentes, como a redução do “custo Brasil”, investindo mais em infraestrutura e agilizando as reformas trabalhista e tributária; e a atenção ao câmbio. O artigo também enfatiza a importância de uma nova política de comércio exterior, realizando uma abertura da economia com o objetivo de baratear o custo de produção, ampliar a concorrência e aumentar as exportações; integrar a indústria nacional às cadeias globais de valor; e celebrar acordos comerciais com os principais países e blocos. Além disso, o documento ainda sugere reorientações com relação às medidas tomadas pelo governo, sugerindo:

1) revisão de todos os programas que demandam incentivo fiscal, proteção e requisito de “conteúdo nacional”, o que tende a elevar custos e reduzir a produtividade da economia; 2) transparência das informações, com avaliação sistemática dos incentivos concedidos; 3) reforço das políticas horizontais e definição de critérios para a execução de estratégias setoriais, priorizando os setores de base – insumos fundamentais e bens de capital –, desenvolvimento tecnológico e energia sustentável.⁴⁸

Em fevereiro de 2015, Flavio Rocha, presidente da Riachuelo, reclamou do tamanho do Estado brasileiro e do “custo Brasil”. Afirmou que a melhor política industrial é um ambiente de negócios favorável, enquanto no Brasil este era hostil. Além disso, ainda defendeu que o “maravilhoso momento” vivido pelo consumo não teve nenhuma relação com interferência estatal, mas pelo controle da inflação, e também a privatização da Petrobras para enfrentar os problemas de corrupção, alegando uma “fé religiosa” no livre mercado.

Em abril de 2015, Pedro Passos defendeu mais uma vez a mudança de perfil na indústria brasileira e a abertura comercial, para assim desenvolver setores com competitividade internacional. O presidente do IEDI afirmou que não existiam mais indústrias verticalizadas, principalmente conforme se vai evoluindo na agregação de valor, e o Brasil deveria evoluir com base nas cadeias em que demonstra vantagens competitivas, como no agronegócio. Ele elogiou políticas que fomentaram a inovação, como a Lei do Bem, a criação da Embrapii e parcerias com universidades, mas alertou que era tudo ainda insuficiente, e que acreditava que o que impedia o Brasil de conseguir mais inovação era a ausência de competição. Com relação à desoneração em folha, o empresário ressaltou que foi uma medida “atabalhada, exagerada”, que nasceu com um propósito correto, para aumentar a competitividade

⁴⁸ Carta IEDI, edição 639.

do produto brasileiro com o importado, mas que cometeu dois erros: o subsídio e a extensão para setores que não precisavam dessa vantagem competitiva, que não sofriam concorrência internacional, como o varejo. Dessa forma, não era necessário desonerar tantos setores, o que prejudicou o quadro fiscal. Passos ainda voltou a defender a desoneração na base das cadeias para aumentar a competitividade, o foco para aumentar a produtividade da indústria, e alertou que seria necessário saber qual seria a direção da economia depois do ajuste fiscal para que o setor industrial retomasse a confiança⁴⁹.

Em junho de 2015, em entrevista ao *Estado de S. Paulo*, Pedro Passos reafirmou a perda de credibilidade dos empresários – dita em entrevista de fevereiro de 2014 – que teria ocorrido pelos erros que se acumularam, e que a retomada da confiança seria um dos temas mais relevantes naquele momento. O empresário defende o ajuste fiscal, mas alerta que o quanto antes o país saísse daquela situação, melhor. Para ele, seria muito triste reverter o quadro de ascensão social visto nos anos anteriores, e o país deveria evitar um ajuste muito longo para não ter um dano social muito grande. Ao mesmo tempo, Passos defendeu que o ajuste sozinho não seria suficiente para o país sem mudanças estruturantes, como mudanças na carga tributária, a evolução do ICMS para um IVA (Imposto sobre Valor Agregado), o fomento da educação para aumentar a produtividade e a inserção internacional. Ao mesmo tempo, o presidente do IEDI afirmou que setores do governo, em especial da área econômica, mostravam disposição para conduzir algumas reformas, e que mesmo a presidente Dilma havia sinalizado nessa direção, embora outros setores não demonstrassem disposição. Mas que acreditava que o discurso havia mudado com o dado da realidade que o dinheiro havia acabado, pois antes era difícil ser ouvido no governo e até no meio empresarial⁵⁰.

Em julho de 2015, Rubens Ometto, conselheiro do IEDI e presidente do Conselho de Administração da Cosan, apresentou uma postura otimista. Ele defendeu que a presidente Dilma havia mudado muito, e que o governo estaria no caminho certo para melhorar o ambiente de negócios. Ele ainda elogiou o programa

⁴⁹ Conjuntura Econômica, Abril/2015.

⁵⁰ *O Estado de S. Paulo*, 21 jun. 2015.

de concessões do governo e a reaproximação do Brasil com países ricos como os Estados Unidos⁵¹.

Em agosto de 2015, Paulo Cunha, ex-presidente do IEDI e então Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ultra, afirmou em entrevista que o Brasil vivia uma de suas piores crises, pois nunca tinha o visto o país sem esperanças daquele jeito. O empresário ainda destaca a ausência de lideranças, seja no governo, seja na oposição, já que o PSDB havia se “desafirmado” na votação do ajuste fiscal. Mesmo assim, ele se posicionou contra o impeachment de Dilma, pois seria uma guerra e iria cindir o país ao meio, diferentemente do que ocorreu com Collor. Ele ainda defende como modelo para a indústria a combinação de juro baixo e câmbio desvalorizado, e que esse pensamento estaria se tornando consensual dentro da indústria, e que o IEDI já pensaria assim⁵².

Em outubro de 2015, o novo presidente do IEDI e Presidente-Executivo do Grupo Ultra, Pedro Wongtschowski, advertiu em entrevista que houve um ‘exagero’ nas desonerações promovidas pelo governo ao serem “enormemente” ampliadas. O empresário concordou com seu antecessor do IEDI ao afirmar que o Brasil era muito fechado e precisava abrir a economia e fazer mais acordos comerciais, reforçou a necessidade de ter câmbio e juros no lugar certo e maior produtividade para a indústria progredir, e preferiu não se manifestar quanto à possibilidade de impeachment, embora tenha ressaltado que o governo Dilma precisaria melhorar as condições de governabilidade e formular políticas de prazo mais longo⁵³.

Em dezembro de 2015, Eduardo Cunha autorizou a abertura de processo de impeachment de Dilma Rousseff. Pouco mais de duas semanas depois, o IEDI divulgou um documento chamado *Para Vencer a Crise*. O texto defende uma série de medidas para o governo – sem especificar qual – para superar o momento de crise e traçar um rumo para a economia e a indústria. Com relação à situação fiscal, o documento propõe: promover cortes ou eliminação de programas governamentais não essenciais; restringir ao máximo a vinculação de gastos públicos; promover a desindexação geral da economia e das despesas públicas, ressalvada a correção pela inflação das aposentadorias e benefícios sociais; reforma da Previdência

⁵¹ *Folha de S. Paulo*, 06 jul. 2015.

⁵² *O Estado de S. Paulo*, 10 ago. 2015.

⁵³ *Folha de S. Paulo*, 11 out. 2015.

Social, especialmente quanto à idade mínima de aposentadoria; e reforma fiscal e administrativa, para desengessar e desindexar despesas e elevar a eficiência da máquina pública. O documento ainda afirma que o ajuste fiscal “é instrumento para recompor a confiança de empresários e consumidores, mas não basta como promotor da recuperação. Outras condições devem ser atendidas. Precisam ser desobstruídos canais de expansão da economia e superados os entraves à sua modernização e produtividade”⁵⁴.

Algumas das medidas são repetições do que o IEDI já vinha defendendo, mas outras políticas ganharam adesão. Para retomar o crescimento, o documento propõe: a redução da inflação e da taxa de juros básica do Banco Central; o incentivo à exportação propiciado pela desvalorização da moeda; e a atração de investimentos privados em infraestrutura. Para elevar a produtividade da economia, as medidas recomendadas seriam: simplificação geral de leis e regulamentos, especialmente nas esferas tributária e trabalhista; preponderância do negociado com relação ao legislado na área trabalhista; reforma do ICMS para dar fim à guerra fiscal; mudanças no PIS/COFINS para reduzir os vultosos tributos cumulativos que minam a competitividade dos setores produtivos; e incentivo ao desenvolvimento do mercado de capitais e ao declínio das taxas do financiamento bancário⁵⁵.

Para a indústria brasileira, o IEDI propõe uma reorientação do setor. Isso implicaria: ampliação, atualização e maior produtividade do parque industrial brasileiro; potencialização da inovação empresarial; e aumento da exportação de manufaturados, sobretudo de produtos mais intensivos em tecnologia. Essas políticas ainda deveriam ser acompanhadas das seguintes orientações: as políticas devem ser preferencialmente horizontais, envolvendo o conjunto da indústria, sendo admitidas medidas setoriais; nas políticas setoriais, a indústria de base deve ter prioridade para que toda a economia se beneficie de seus resultados; atividades relacionadas à novas tecnologias, à sustentabilidade ambiental ou à fronteira industrial devem também ser prioritárias; salvo na atividade de inovação, que pode ser fomentada através de subvenções como ocorre em outros países, a política industrial deve evitar subsídios fiscais; a execução de um programa de modernização da indústria, cuja idade média dos equipamentos é elevada para

⁵⁴ Carta IEDI, edição 710.

⁵⁵ *Idem.*

padrões internacionais, deveria ser prioridade da política industrial; e em todos os casos de políticas setoriais se faz necessário estabelecer prazos para início e término dos incentivos e as políticas devem ser periodicamente avaliadas quanto aos seus resultados⁵⁶.

Junto ao lançamento do documento, o presidente do IEDI, Pedro Wongtschowski, concedeu uma entrevista ao *Valor Econômico*. O empresário defendeu que um projeto econômico que capturasse o entusiasmo nacional seria capaz de viabilizar a aceitação de sacrifícios, seja de trabalhadores, investidores, pessoas físicas ou de pessoas jurídicas. Apesar do apoio formal da FIESP ao impeachment de Dilma, Wongtschowski se recusou a declarar um posicionamento, alegando que o IEDI prefere não firmar posição em temas “essencialmente políticos”, e que “cada empresário pode se posicionar”. Porém, ele reconheceu o impasse político e a necessidade de buscar uma solução para compor maioria parlamentar. O presidente do IEDI ainda alertou sobre a situação dramática da indústria nacional e a necessidade de foco na inovação. Wongtschowski ainda criticou a iniciativa do governo de mexer na Lei do Bem, e quanto à remoção de subsídios presente no documento do IEDI, com exceção da inovação, ele ressaltou que políticas de conteúdo nacional podem ser “úteis, necessárias, desde que moderadas, quando não têm intenção protecionista, mas sim de desenvolver a capacidade produtiva nacional. E que sejam temporárias, transitórias”⁵⁷.

Se em 2015, os artigos e entrevistas com relação ao governo já tinham diminuído, em 2016 não houve praticamente nada de relevante. Instaurou-se um aparente silêncio dos grandes empresários industriais, apesar do conturbado período na política nacional. Em vez de buscarem voz ativa no processo, é possível depreender que o IEDI e seus conselheiros preferiram não participar, pelo menos não de forma pública.

5. Considerações finais

⁵⁶ *Idem*.

⁵⁷ Valor Econômico, 18 dez. 2015.

É possível suscitar algumas hipóteses a partir dos documentos públicos que o IEDI divulgou no período 2011-2016, além de entrevistas e artigos de seus conselheiros. Parece que, até meados de 2013, embora houvesse algumas críticas com relação à política industrial, as medidas do governo, em geral, eram elogiadas e havia certo otimismo com a atuação do governo. Ao longo do ano, o tom das críticas foi subindo, culminando com a fala de Pedro Passos, então presidente do IEDI, em fevereiro de 2014, afirmando que a confiança do empresariado no governo havia acabado. No início do segundo mandato de Dilma, diferentes conselheiros reconhecem melhoras na atuação e na disposição da presidente, mas também admitem o impasse político e a necessidade de se recompor a governabilidade. Contudo, conforme o impeachment avança no Congresso, parece haver um silenciamento sobre o tema no IEDI e entre seus conselheiros na mídia.

Embora não esteja explícito por que os empresários mudaram o humor com relação ao governo, essa mudança parece ter acontecido ao longo de 2013, o que pode sugerir alguma relação com as Jornadas de Junho daquele ano, quando manifestações de rua aconteceram por todo o país e abalaram a popularidade do governo. Concomitante a esse ponto, ressalta-se que em abril de 2013, Dilma recua na política de diminuição de juros com o surgimento do risco de inflação. Esse progressivo recuo da agenda econômica, junto a mudanças bruscas com algumas medidas (como a questão do parcelamento de débitos tributários) pode ter tido grande influência na insatisfação dos empresários com o governo. Como a bibliografia histórica suscita, os empresários temem um alto intervencionismo na economia, e é possível que a forma na qual Dilma interviu na economia tenha intimidado os empresários industriais.

Ressalta-se também a crescente demanda em documentos do IEDI por uma reforma trabalhista, tributária e da Previdência, além da defesa do ajuste fiscal. Isso se torna mais explícito com o lançamento do documento *Para Vencer a Crise*, o que reforça a hipótese de que os empresários defendiam um programa de austeridade que o governo Dilma não estaria disposto a aceitar totalmente. Embora o IEDI não tenha se posicionado quanto ao impeachment, é notável que o programa lançado pelo então PMDB, *Ponte para o Futuro*, lançado dois meses antes do documento do IEDI, estivesse em forte sincronia com o mesmo, assim como as medidas e políticas propostas pelo posterior governo de Michel Temer.

Chama a atenção também o grande “silêncio” em 2016 do IEDI e de seus conselheiros quanto ao andamento do impeachment, sem publicar naquele ano nenhum artigo ou fala de seus conselheiros com relação ao momento político do país. Embora as falas e artigos indiquem alguns caminhos e reforcem algumas hipóteses já suscitadas por diferentes autores, esse silêncio revela a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada sobre a visão dos empresários naquele período que vá além das declarações públicas. Assim, será possível traçar um panorama mais amplo e compreender melhor o pensamento e as motivações desse importante setor da economia brasileira.

Referências bibliográficas

ARBIX, G. et al. **Avanços, equívocos e instabilidade das políticas de inovação no Brasil**. IN: *Novos Estudos Cebrap*, vol 36 – 03.

BOITO JR., A. **Governos Lula: a nova burguesia no poder**. IN: BOITO JR., A. & GALVÃO, A. (orgs) *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Ed. Alameda, 2012, p. 67-104.

BOSCHI, R. R. **Elites industriais e democracia**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

BRAGA, R. **O fim do lulismo**. IN: JINKINGS, I.; DORIA, K. & CLETO, M. (orgs.) *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

CARDOSO, F. H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

DINIZ, E. **Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

KINGSTONE, P. R. **Corporatism, Neoliberalism, and the Failed Revolt of Big Business: Lessons from the Case of IEDI**. IN: *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Vol. 40 (4), dez. 2008.

RUGITSKY, F. **Do Ensaio Desenvolvimentista à austeridade: uma leitura Kaleckiana**. IN: BELLUZZO, L. G. de M. & BASTOS, P. P. Z. (orgs). *Austeridade*

para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff. São Paulo: Carta Maior e Friedrich Ebert Stiftung, 2015.

SINGER, A. V. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.**

São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **O lulismo nas cordas.** IN: *Piauí*. Edição 111, dez. 2015a.

_____. **Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014).** IN: *Novos Estudos – CEBRAP*, nº 102, p. 39-67, jul. 2015b.

_____. **A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista.** IN: SINGER, A. & LOUREIRO. I. (orgs). *As contradições do lulismo: A que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016, p. 21-54.